

# OS ESTUDANTES E A POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS EM SANTA MARIA – RS<sup>1</sup>

José Galdino Barreto Soares<sup>2</sup>  
Cleber Ori Cuti Martins<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de caráter quantitativo cujo objetivo é detectar a percepção dos estudantes do Ensino Médio acerca da política e a sua compreensão sobre o papel do grêmio estudantil enquanto instancia representativa. A pesquisa foi realizada em duas escolas de Santa Maria – RS, uma da rede privada, localizada no Centro e outra da rede pública, situada na Região Oeste. Em termos de procedimentos metodológicos foi aplicado um questionários em 228 alunos, sendo 125 da escola pública e 103 da escola privada. As questões foram divididas em dois blocos, um de caráter amplo buscando verificar como os estudantes percebem a relevância ou não da política; o seguinte tratou de temas específicos sobre a relação dos estudantes com a sua entidade representativa, o grêmio. Em termos teóricos, este artigo opera com a concepção de que a percepção positiva sobre a importância da política tende a gerar um envolvimento mais efetivo com as instituições políticas, levando em conta duas abordagens que integram a Teoria Democrática. A primeira, em termos gerais, compreende a democracia como um processo centrado em instituições, enfatizando os elementos procedimentais combinados com contextos amplos de direitos políticos e liberdades. A segunda abordagem, por sua vez, considera que o envolvimento e a participação política, não

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, desenvolvido no 2º semestre letivo de 2016.

<sup>2</sup> Autor do artigo, aluno formando do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

<sup>3</sup> Professor Orientador.

apenas de caráter formal, são essenciais para a tomada de decisões comuns, menos hierarquizadas, e mais horizontais. A análise dos dados indica que tanto os estudantes da escola pública, quanto os alunos da escola privada, percebem a política e o grêmio estudantil como algo importante. Todavia, o seu envolvimento com o grêmio estudantil, majoritariamente, restringe-se às estruturas decisórias formais, ou seja, por meio dos processos eleitorais (pelo voto). Ainda que a maioria dos entrevistados (78,6%) revele considerar a política como algo importante, a sua relação com o grêmio estudantil é procedimental. O estudo também indica que não há diferenças importantes entre a percepção sobre a política e o papel do grêmio estudantil, considerando os estudantes da escola privada e da pública.

**Palavras-chave:** Grêmio Estudantil. Percepção Política. Participação.

## **ABSTRACT**

This work is the result of a quantitative research whose objective is to detect the perception of the students of the High School on the politics and its understanding on the role of the student body as representative instance. The research was carried out in two schools of Santa Maria - RS, one of the private network, located in the Center and another of the public network, located in the West Region. In terms of methodological procedures, a questionnaire was applied to 228 students, 125 of the public school and 103 of the private school. The questions were divided into two blocks, one of broad character seeking to verify how the students perceive the relevance or not of the policy; The following deals with specific topics on the relationship of students with their representative entity, the guild. In theoretical terms, this article works with the conception that the positive perception about the importance of politics tends to generate a more effective involvement with the political institutions, taking into account two approaches that integrate Democratic Theory. The first, in general terms, understands democracy as an institution-centered process, emphasizing the procedural elements combined with broad contexts of political rights and freedoms. The second approach, on the other hand, considers that involvement and political participation, not only of a formal nature, are essential for making decisions that are common, less hierarchical, and more horizontal. Data

analysis indicates that both public school students and private school students perceive politics and student body as important. However, their involvement with the student body is largely restricted to formal decision-making structures, that is, through electoral processes (by voting). Although most interviewees (78.6%) consider that politics is important, their relationship with the student body is procedural. The study also indicates that there are no important differences between perceptions about politics and the role of the student body, considering students in both private and public schools.

**Keywords:** Grêmio Estudantil. Political Perception. Participation.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata da análise da percepção e da participação política dos estudantes secundaristas de duas escolas da cidade de Santa Maria – RS. E tem como objetivo detectar a percepção dos estudantes do Ensino Médio acerca da política e a sua compreensão sobre o papel do grêmio estudantil enquanto instância representativa. O artigo opera com a concepção de que a percepção positiva sobre a importância da política tende a gerar um envolvimento mais efetivo com as instituições políticas.

Com a finalidade de identificar quantas escolas públicas estaduais e privadas possuem grêmio estudantil, foi feita uma busca e descobriu-se dez instituições de ensino. Quanto à seleção de quais estudantes seriam pesquisados, utilizou-se o critério da localização da escola; optou-se por duas escolas posicionadas em regiões diferentes da cidade, e optou-se por uma do ensino público estadual situada na Zona Oeste e a outra do ensino privado no Centro.

Em termos de procedimentos metodológicos foi aplicado um questionário (apêndice, p. 30 - 31) em 228 alunos, sendo 125 da escola pública e 103 da escola privada. As questões foram divididas em dois blocos, um de caráter amplo buscando verificar como os estudantes percebem a relevância ou não da política; o seguinte tratou de temas específicos sobre a relação dos estudantes com a sua entidade

representativa, o grêmio estudantil. Os dados coletados foram analisados a partir do resultado do Survey.

O artigo se encontra estruturado em três partes. A primeira consiste em apresentar as bases teóricas do trabalho, considerando duas abordagens da Teoria Democrática, classificando-as a partir da relação entre percepção de estudantes do Ensino Médio sobre a política e seu envolvimento e participação com o grêmio estudantil de cada escola. A primeira concepção compreende a democracia como processos vinculados às instituições, como elementos procedimentais, combinados com contextos amplos de direitos políticos e liberdades. Na visão dessa perspectiva, esses fatores são relevantes para compreensão do processo político, considerando que o envolvimento direto dos indivíduos não é, necessariamente, um fator essencial e observável na realidade, enquanto prática cotidiana. A democracia, portanto, não estaria, necessariamente, voltada para uma maior ou menor participação, para um maior ou menor engajamento social e político. O argumento principal incide na relação entre a estrutura decisória, os processos eleitorais, a representação política e os direitos políticos amplos.

A outra abordagem tem na sua base argumentativa a valorização da participação e da percepção positiva sobre a relevância da política como essenciais para a democracia. Com isso, os elementos percepção e participação política são importantes para a tomada de decisões comuns, menos hierarquizadas, e mais horizontais, ou seja, quanto maior ou menor for a percepção acerca da relevância da política, maior ou menor será o envolvimento e o engajamento dos indivíduos nas associações como, por exemplo, os grêmios estudantis. Isso significa que a percepção sobre a importância da política possa gerar o envolvimento de caráter substancial com a instituição representativa dos secundaristas na escola (o grêmio estudantil) e com as questões políticas no âmbito escolar.

A segunda parte do artigo descreve os dados obtidos, tratando também dos procedimentos metodológicos. A terceira parte visa constituir elementos analíticos confrontando argumentação teórica com os dados.

## **2 TEORIA DEMOCRÁTICA: PROCEDIMENTOS FORMAIS E ENGAJAMENTO POLÍTICO**

### **2.1 CONCEPÇÕES PROCEDIMENTAL E PLURALISTA**

### 2.1.1 Poliarquia e Pluralismo

O pluralismo é um produto de análise e observação que entende a sociedade como plural, composta por grupos e segmentos com interesses e demandas diversas, as quais permeiam os processos decisórios. Por ser plural, a sociedade é de difícil coesão, o que demanda um processo decisório no qual os variados segmentos sociais possam elaborar e expressar seus posicionamentos nas instituições políticas e fora delas. Disso vêm, por exemplo, a questão das garantias institucionais e constitucionais <sup>4</sup>de Robert Dahl. Na concepção pluralista, a sociedade é composta por vários e diferentes mecanismos de poder e de processos decisórios, ou seja, não existe uma única fonte de autoridade.

A concepção pluralista defendida por Dahl entende que o aumento do número de cidadãos portadores do direito à participação significa um regime mais inclusivo e que a restrição do direito ao voto apenas a poucos poderá implicar uma maior contestação da política. Ao enfatizar a relevância da contestação pública para a efetivação do regime democrático, o autor assegura a noção de competição. Tal percepção de competitividade caminha para um processo de negociação entre grupos, cada um com seus interesses, o que denota uma concepção de poder mais amplo. Segundo o autor, a competição leva ao equilíbrio do poder, isso porque, a presença de instituições vai garantir a frequência do processo eleitoral. Neste sentido a democracia é uma competição política estável e aberta, sustentada pelas

---

<sup>4</sup> I. Formular preferências: 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5. Fontes alternativas de informação.

II. Expressar preferências: 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos políticos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas.

III. Ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo: 1. Liberdade de formar e aderir a organizações 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos públicos 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e idôneas 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 2005, P. 2).

condições institucionais e normativas. Dahl enumera critérios que na sua concepção são necessários para se atingir uma democracia em grande escala:

[...] Que instituições políticas exige a democracia em grande escala?

Uma democracia em grande escala exige:

1. Funcionários eleitos
2. Eleições livres, justas e freqüentes
3. Liberdade de expressão
4. Fontes de informação diversificadas
5. Autonomia para as associações
6. Cidadania inclusiva (2001, p.99)

Na citação acima, faz-se importante considerar o fator tamanho, pois segundo o autor essas instituições seriam decisivas e necessárias em países, Estados e municípios. Pequenas organizações, democraticamente governadas, como um clube, por exemplo não precisariam de uma representação plenamente desenvolvida, bastaria um pequeno grupo dirigente (moderador, secretário-tesoureiro), desde que os indivíduos tenham igualdade de voto e livremente elejam os seus representantes. Para democracias de pequena escala, o autor vai se orientar pelo processo e numerar cinco condições básicas: a participação efetiva, igualdade de votos, entendimento esclarecido, controle de agenda e inclusão dos adultos.

O Estado nessa teoria tem a função de promover a conciliação dos interesses que interagem nas sociedades, sendo assim, o poder é descentralizado e é administrado por outras instituições que complementam as demandas das minorias concorrentes. Dahl (2005, p. 4) escreve que “Consideremos, então, a democratização como formada por pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação [...]”, elucidando que a democracia é um ideal diante das dificuldades impostas pela realidade política que inviabiliza a realização dos seus objetivos, segundo essa visão a democracia não é possível de ser verificada na realidade. A partir dessa concepção de democracia, o autor formula o conceito de poliarquia<sup>5</sup> apresentando características acerca das condições que favorecem que um sistema político evolua e se desenvolva em poliarquia. O autor defende a

---

<sup>5</sup> “Poliarquia deriva de palavras gregas que significam “muitos” e “governo”; assim “o governo de muitos” se distingue do governo de um, a monarquia, e do governo de poucos, a oligarquia ou aristocracia”. (DAHL, 2001, p.104).

descentralização do poder e a distribuição igual dos recursos políticos como elementos fundamentais para a participação “A participação ampliada combinada com a competição política provoca mudança na composição da liderança política, [...]” (DAHL, 2005, P.12). Nessa teoria, todos os cidadãos adultos são igualmente capacitados a participar das tomadas de decisão, e a poliarquia amplia razoavelmente aspectos da participação efetiva, sendo capaz de promover respostas mais rápidas quanto à promoção das preferências e dos interesses representados na política “[...] a transformação de uma hegemonia num regime misto ou numa poliarquia, ou de regime misto numa poliarquia, provavelmente aumentaria o número da variedade de preferência [...]” (DAHL, 2005, p.15). Segundo essa teoria, na poliarquia existe alta inclusividade e alta contestação pública. A partir dessas considerações ficaram esclarecidos os aspectos do pluralismo e da poliarquia, e ainda como é compreendida a participação e a democracia no pensamento de Robert Dahl.

### **2.1.2 Concepção Elitista da Democracia**

Embora existam variações, em linhas gerais, a teoria das Elites se desenvolveu a partir de análises de sistemas políticos, nos quais foi verificado que em todas as sociedades o poder político pertencia a um restrito círculo de pessoas (partidos ou grupos no governo) que, por vezes, se alternam, mas sendo estes os detentores da posse desse poder. As bases que, em parte, sustentam esses argumentos estariam na não verificação empírica da democracia como poder do povo, no sentido normativo/doutrinário e na prevalência política de uma minoria sobre a maioria. No entanto, para essa corrente, a democracia é uma liberdade política que se ampara em sistemas, em mecanismos de disputas entre elites pelo voto do eleitor. De um modo geral, na concepção elitista, o povo é observado como parte de um sistema político que tende a seguir as orientações do grupo dominante.

Autores clássicos da teoria das elites como, por exemplo, Pareto, Mosca, Schumpeter, mesmo havendo, entre eles, diferenças teóricas importantes, todos criticam a ideia normativa da democracia que supõe o exercício do poder político na tomada de decisões no âmbito de governos e Estado pelo povo. Para esses autores, essa visão da Doutrina Clássica da Democracia que crê na participação democrática como algo que visa ao bem do povo, ao bem comum não é verificável na realidade

pela sua incapacidade de gerar consensos. Nesse sentido, Joseph Schumpeter, por exemplo, argumenta que arranjos institucionais formais devem orientar as regras em uma democracia procedimental e cabe ao povo escolher qual elite vai governar a partir das eleições.

Schumpeter (1961, p. 347) expõe que “[...] a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão [...]”. Para esse autor a democracia é tão somente um método de escolha de dirigentes, ou seja, é procedimental e minimalista. Sendo assim, a democracia é um processo eleitoral, um método político mediado por arranjos institucionais para se chegar às decisões políticas de forma processual; quanto à participação, ela é restrita, portanto o sufrágio não precisa, necessariamente, da participação de todos, desde que seja suficiente para manter a máquina eleitoral. Quanto à participação dos eleitores, caberia a eles escolher qual grupo de líderes políticos eles desejam que fiquem a frente nas tomadas de decisões. sendo assim, os eleitores não tomam as decisões, apenas escolhem o grupo político mais bem qualificado para a função.

Segundo esse autor, o povo, por possuir muitas vontades (preferências) individuais, não consegue ter coesão, ao passo que a escolha tomada por um grupo menor seja melhor e mais aceitável, “E não é apenas possível, mas, em todos os casos em que as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que o povo deseja realmente.” (SCHUMPETER, 1961, p. 310). Outra razão para que minorias decidam, estaria no fato de que grande parte dos eleitores comuns serem influenciados pelos meios de comunicação, além de que estes estariam empenhados em tomar decisões no campo da vida cotidiana (decisões da vida diária), a política não seria o foco principal. Nesse sentido autor salienta que, “[...] consiste das coisas que interessam diretamente ao indivíduo, sua família, negócios, hobbies, amigos e inimigos, cidade ou bairro, classe, igreja, sindicato ou qualquer grupo social de que ele seja membro ativo,[...]”(SCHUMPETER, 1961, p. 316). Outro motivo da preponderância política das minorias estaria na sua capacidade de coesão, mas que estas concorreriam aos votos dos eleitores comuns, mas somente chegaria ao poder as minorias que conseguem definir e formular preferências comuns.

### 2.1.3 Democracia Vertical e a Participação

Segundo Helio Jaguaribe (1985), a palavra democracia, desde suas origens na Grécia Clássica traz consigo um duplo sentido, pois o termo, etimologicamente significa: governo (*katria*) do povo (*demos*), que significa domínio, poder, “o poder do povo”. Para Sartori essa democracia de dimensão horizontal onde um *demos* decide, de uma forma ou de outra, representa uma espécie de alicerce de um prédio, embora seja importante, servirá apenas de base para uma estrutura que lhe é sobreposta, pois a decisão da maioria eleitoral não possui poder deliberativo para questões de macro políticas, nesses casos as decisões se encontram fora da competência do indivíduo. Para o autor o termo povo é constituído de maiorias e minorias, sendo que o princípio da maioria vai prevalecer no contexto eleições, no sentido de decidir qual grupo irá controlar o poder.

Para Sartori a democracia está estruturada, hierarquicamente, numa dimensão vertical e, neste sentido, o autor argumenta que em uma democracia vertical existiria pouca razão para haver preocupação com uma possível tirania da maioria, porque em regra essa “maioria” forma uma unidade operante no jogo eleitoral, elegendo, de maneira decisiva e plena uma parte menor e concreta (grupo de controle) que irá ocupar o poder. Em relação ao recém-exposto o autor escreveu que, “Os eleitores, como dissemos, decidem; mas as decisões eleitorais são muito diferentes das tomadas de decisão num processo de deliberação.”(SARTORI, 1994, p.192). O que o autor está dizendo é que a decisão eleitoral tem pouca decisão deliberativa, ou seja, quem efetivamente irá tomar as decisões será uma minoria e esta será controlada por um conjunto de regras e procedimentos.

Esse autor argumenta que três elementos são fundamentais em democracias modernas: o poder limitado da maioria, os procedimentos eleitorais e a transmissão do poder dos representantes. A solução para um equilíbrio da democracia estaria na elaboração de uma teoria democrática do tipo representativa, verticalizada, na qual o poder seja distribuído em unidades de decisão, espécie de fóruns democráticos denominados comitês, sendo que estes comitês tenderão a se reproduzirem, garantindo um ambiente político plural e competitivo. Sartori argumenta que existem vários grupos de controle, e cada grupo tem um poder controlador.

### 2.1.4 Indivíduos, Racionalidade e Democracia

A abordagem teórica da escolha racional centra os seus estudos nas ações políticas dos indivíduos, partindo do pressuposto que essas ações devam ser tomadas racionalmente pelos atores, a *priori* as decisões políticas de ambos os atores (políticos e eleitores) devem ser razoavelmente regidas por uma racionalidade. Nessa análise, o termo racional não é aplicado aos fins de um agente, mas aos seus meios, um dos teóricos econômicos dessa corrente é Anthony Downs que tem como ponto inicial dos seus estudos que os atores políticos são autointeressados e fazem cálculos para atingirem os seus objetivos. Tal tese supõe uma racionalidade, a ponto dos atores utilizarem as suas posições institucionais no intuito de maximizarem resultados. Segundo esse autor, toda ação política só será considerada racional, se esta for conscientemente selecionada pelo ator e eficientemente capaz de alcançar seus fins econômicos e políticos.

O objetivo dos políticos seria elevar ao máximo o número de votos dos eleitores, ao ponto de que estes votos sejam suficientes para alcançar o poder ou mantê-lo, enquanto o objetivo dos eleitores seria maximizar benefícios líquidos. Sendo assim os eleitores mediriam os custos e os benefícios dos diferentes conjuntos de meios para a realização dos seus fins, desse modo os eleitores votarão em agentes políticos que mais satisfizerem ou mais se aproximarem dos seus interesses, “O objetivo central das eleições numa democracia é selecionar um governo. Portanto, qualquer cidadão é racional quando eleição se suas ações lhe possibilitam desempenhar seu papel na seleção eficiente de um governo.”(DOWNS, 1999, p.46). Segundo o autor em uma democracia os partidos políticos agem como empresas e são motivados pelo desejo do poder, prestígio e renda, sendo que o seu objetivo primeiro é se ascenderem como o partido governista, “ um partido político é uma equipe de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo através da obtenção de cargos numa eleição.” (DOWNS, 1999, p. 56).

Segundo essa teoria o comportamento dos governantes e governados é racional e interdependente, sendo que a racionalidade é garantida pela premissa de que ambos seguem o pressuposto dos seus interesses individuais. Embora não

sendo imune a críticas, o pressuposto da escolha racional<sup>6</sup> reserva um espaço para que características como ingenuidade, esperteza (informações falsas), possam ser amenizadas por um conjunto de regras que irão balizar e orientar o comportamento estratégico a ser empreendido. Um ator racional poderá ter uma atitude irracional e acabar equivocando-se nas ações e, entendendo que cometeu essa falha, ele tende tomar algumas atitudes na busca de descobrir onde errou, e medir se o custo da eliminação do equívoco for menor que o seu benefício, ele vai refazer a sua ação. Para esse autor a decisão de votar vai depender sempre dos benefícios, dos custos e da probabilidade dos possíveis benefícios desse voto. Em suma, o que Downs defende é que numa teoria econômica da democracia os agentes políticos participam com o objetivo de maximizarem votos, no desejo de alcançarem ou manterem o poder, enquanto os leitores buscam elevar ao máximo os benefícios líquidos, votando naqueles que mais se aproximarem desse cálculo.

Mancur Olson no seu livro *A Lógica da Ação Coletiva*, apresenta a teoria de que agindo em grupos os indivíduos sempre atuam tentando promover os seus interesses e, para isso, eles racionalmente, se associam para a obtenção de benefícios individuais. O autor baseia-se na premissa de que os membros de grupos sempre agiram motivados por interesses pessoais e econômicos, ou seja, eles fingem ter um altruísmo coletivo, mas, na maioria das vezes, esses indivíduos atuam de forma egoísta. Olson (2004, p.14) ressalta que “Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas.”.

Segundo essa teoria os benefícios coletivos são indivisíveis, ou seja, são benefícios que uma vez conquistados em grupo não podem ser negados a nenhum membro deste grupo, mesmo que este não tenha se dedicado inteiramente na sua aquisição. Nessas circunstâncias, alguns indivíduos sabedores de que os benefícios coletivos não lhes serão negados, irão ter o comportamento do *carona*, ou seja, o indivíduo, racionalmente deixará que os demais membros do grupo paguem pelos custos da aquisição do benefício que ele sem esforço, irá receber.

---

<sup>6</sup> “Por ação racional, entendemos a ação que é eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator [...]”. (DOWNS, 1999, p.41).

Olson entende que existem lógicas no agir coletivamente e que o comportamento dos indivíduos, vai depender do tamanho dos grupos, e pressupõe que os grupos grandes tendem ser menos homogêneos, pois para o autor estes possuem uma menor coerção, enquanto os grupos pequenos tenderiam ser mais homogêneos por terem no interior do grupo uma maior coerção. Segundo essa teoria a questão do tamanho do grupo é fundamental para entendermos a participação dos membros.

Para esse autor, além de serem menos coesos os grupos grandes, tenderiam ser mais vulneráveis à dispersão ao ponto de em alguns casos não atingirem os seus objetivos e isso aconteceria em razão de que, na maioria dos casos, por serem grandes, os benefícios são diluídos a tal ponto que os custos da participação excedem os benefícios alcançados e o resultado deste cálculo é o desestímulo dos participantes. Outra razão dos grupos grandes não se homogeneizarem estaria no fato de que a não participação de um indivíduo, ou seja, a ausência de alguns membros tende a ter um impacto menor na busca do resultado. Para o autor, em grupos grandes os indivíduos tendem a perder o foco da pauta, que acaba na maioria das vezes, ficando nas mãos de um subgrupo interno, e que estes geralmente são mais comprometidos, porém movidos por interesses próprios.

Quanto aos grupos pequenos, esses tendem a ser mais coesos, Olson argumenta que, em grande medida, parte disso acontece não só pela coerção que é maior em comparação com os grupos grandes, mas também pelo tamanho do benefício a ser distribuído, ou seja, quando este alcançado tenderá ser dividido por um reduzido número de participantes e quanto maior for a conquista, maior serão as partes dela distribuída.

Embora o pressuposto do autor seja que a ação coletiva, em micro-grupos ou pequenos grupos, seja que existe uma ação comum que visa a fins partilhados, não significa que o autor esteja excluindo a possibilidade de que mesmo nesses casos tais ações sejam motivadas por interesses egoístas e pessoais, pois estes preferem agir em grupos, por saberem que as chances de êxito são maiores que as chances se agirem individualmente.

## 2.2 ENVOLVIMENTO COLETIVO EM PROCESSOS POLÍTICOS FORMAIS E INFORMAIS

### 2.2.1 Democracia e Processos Participativos

A Democracia participativa é uma abordagem que considera que o engajamento com os processos políticos tendem a produzir condições para decisões coletivas, permitindo debates mais amplos sobre as reivindicações, demandas e interesses, possibilitando proveitos mais próximos de uma concepção coletiva, horizontalizada, menos hierarquizada e mais associada aos interesses públicos (de muitos), com características voltadas para o envolvimento pessoal no processo político. A participação pode ser, também, compreendida como um processo no qual circulam disposições e interesses em espaços institucionalizados e que, ao mesmo tempo, incorpora dimensões de manifestações públicas. A participação política implica um envolvimento dos indivíduos com o que é público, seja por meio dos processos eleitorais, seja pela representatividade ou pela movimentação social.

Desde as suas origens, na Grécia Clássica, a democracia experimentou e continua experimentando decisivas modificações no curso da história. O princípio da participação aparece na *Teoria Democrática* e pode ser compreendido a partir de, pelo menos, três aspectos: primeiro a experiência ateniense<sup>7</sup>, com ação e manifestação direta no exercício do poder político, sem representação; o segundo, a partir da definição dos direitos políticos (votar, ser votado, etc..), participar não se contrapõe à representação política; o terceiro trata do envolvimento, o engajamento com a cultura política.

Na visão de Rousseau a participação política tende se efetivar quando adquire a forma “direta”. A participação política, tal como entende Rousseau, revela que quanto maior o envolvimento dos indivíduos nos processos decisórios, mais os governos tendem a serem fiscalizados, prestando contas para a sociedade. A participação e a diversidade social, como fundamento ou base das decisões políticas, tendem a controlar os governos quanto à responsabilidade com as coisas públicas, sendo esses sujeitos à revogação dos mandatos, nesse sentido o autor

---

<sup>7</sup> A Democracia Ateniense, na Grécia Antiga era controlada por uma elite aristocrática oligárquica denominada de “eupátridas” ou “bem nascidos”, os quais detinham o poder político e econômico na polis grega, nas cidades – estados. Atenas possuía uma democracia direta, mas excludente, pois eram poucos os cidadãos atenienses que participavam diretamente das questões políticas, além de que as mulheres, os escravos e os estrangeiros não desfrutavam de nenhum direito de participação política.

ressalta que, “Porque ou a vontade é geral, ou não; ou é a do corpo do povo, ou só de uma parte dele. No primeiro caso, a vontade declarada é um ato de soberania, e faz a lei.” (ROUSSEAU, 2000, p. 34). Para esse autor a soberania é indivisível pela mesma razão que a participação é inalienável.

Carole Pateman, no seu livro *Participação e Teoria Democrática*<sup>8</sup>, argumenta que a participação política vincula-se não somente aos espaços formais da representação, mas além deles, a ambientes mais extensos, em que o campo de influência dos indivíduos seja ampliado ao ponto de influenciarem ou fazerem parte das tomadas de decisões. O pressuposto da autora é que a democracia se efetiva além dos procedimentos, o argumento é que existem atividades mais comprometidas com a participação em outras esferas, fora dos espaços governamentais e institucionais, pois assim haveria uma ampliação das oportunidades para todos os cidadãos, podendo eles intervirem nas decisões que afetam diretamente as suas vidas. No entendimento da autora, a participação nesses espaços mais amplos funcionaria de forma pedagógica e educativa, como agência de disputa pelo bem estar social.

Pateman defende a necessidade da participação política no local de trabalho (na indústria) para o desenvolvimento de qualidades psicológicas no sentido de eficiência política: “[...] a experiência da tomada de decisão no nível mais baixo a administração pode funcionar como um treinamento inestimável para a participação na tomada de decisões nos níveis mais altos [...]”. (PATEMAN, 1992, p.130). A autora entende que os indivíduos aprendem a participar participando e que a experiência da participação mostra uma eficácia e questiona a teoria das elites que em média veem os indivíduos (o povo ou a massa) como atores apáticos, com pouco senso, incapazes de tomar decisões.

Santos e Avritzer argumentam que em geral existem duas abordagens dentro da Teoria Democrática: a hegemônica e a não hegemônica. A argumentação não hegemônica defende a relevância da representação e da participação política da sociedade no processo de formulação e de tomada de decisão. Para esses autores a ampliação dos canais participativos na política e da cidadania, a partir dos movimentos sociais, institui uma relação de inserção dos atores sociais na política.

---

<sup>8</sup> Participação e Teoria Democrática, neste livro Pateman escreveu sobre a participação com um elemento central para o fortalecimento democrático.

Para os autores, “Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos.” (SANTOS, AVRITZER, 2002, P. 53).

Robert Putnam entende o capital social como consequência de um processo cultural, como algo que se desenvolve no movimento histórico, social e político em uma comunidade (país, Estado, município, região, etc..). Para o autor, a sociedade é constituída por vários capitais: o capital econômico, capital humano, o capital cultural e o capital social. Distinto dos outros capitais, o capital social é composto de algumas dimensões: a participação, a confiança, a ajuda mútua, o associativismo e o solidarismo, que quanto mais forem utilizados, maior será o estoque social e, conseqüentemente, os êxitos das instituições.

Segundo Putnam, o envolvimento individual em atividades coletivas tende a construir redes de confiança recíprocas, cooperação social e virtudes cívicas. Para essa teoria, uma comunidade cívica engajada e um elevado desempenho institucional colaboram para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia. Putnam, ao analisar a Itália identifica elementos cívicos que são decisivos para o êxito e para o desempenho das instituições:

Certas regiões da Itália, como pudemos constatar, são favorecidas por padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico, ao passo que outras padecem de uma política verticalmente estruturada, uma vida social caracterizada pela fragmentação e o isolamento e uma cultura dominada pela desconfiança. Tais diferenças na vida cívica são fundamentais para explicar o êxito das instituições. (PUTNAM, 2005, p, 31).

Vale ressaltar que, para esse autor o interesse pelo o que é público tende a produzir virtudes cívicas em uma comunidade, ou seja, quanto mais as pessoas se associarem e participarem da comunidade, mais elas irão adquirir consciência política e valores cívicos.

### **2.2.2 Participação e Envolvimento**

José Álvaro Moisés, analisou a percepção e as orientações dos brasileiros a respeito da democracia e das instituições a partir da experiência da participação no

processo de transformação de um regime autoritário para um democrático. O autor verificou o grau de adesão dos brasileiros com a democracia a partir de processos participativos e do desempenho das instituições no sentido de propiciarem condições para o surgimento de organizações sociais. Segundo Moisés, a participação política deve ser amplamente exercitada, em razão da incorporação de novos valores. Esse autor defende que a aproximação da sociedade civil das instituições eleva as condições para um maior controle acerca das ações dos representantes, apresenta dados empíricos sobre a insatisfação e a desconfiança dos brasileiros em relação à democracia e conclui que a existência de instituições sólidas e abertas tende produzir e consolidar democracias mais resistentes.

Julian Borba, a partir da literatura internacional sobre participação política, faz um mapa metodológico e conceitual da participação, seu estudo problematiza os desdobramentos da participação como elemento central na interlocução e na mobilização política em contingentes significativos da população e em instituições públicas. Esse autor apresenta três modalidades analíticas de participação, que acrescentam aos estudos de participação política no sentido de ganhos analíticos.

1. Atividade Política, dividida em: a) comunicação (contato com políticos, contato com os meios de comunicação, participação em fóruns da Internet); b) participação direta em ações (boicotes, participação em demonstrações, participação em comícios); e c) suporte à projetos políticos (abaixo-assinado, doações de dinheiro).
2. Membro de Organizações, dividido em: a) partidos, b) sindicatos e organizações profissionais, c) organizações religiosas e d) sociedades e organizações voluntárias.
3. Interesse em Política, dividido em a) um indicador de interesse em política e b) dois indicadores de discussão de assuntos políticos. (BORBA, 2012, p. 278).

João Pedro Schmidt buscou investigar as atitudes políticas dos jovens no período dos anos de 1990, na conjuntura da consolidação e estabilização da democracia brasileira. Seu estudo analisou o resultado de uma pesquisa empírica com jovens em oito cidades e confrontou a opinião dos jovens e de seus pais para verificar o processo de socialização política juvenil. Uma das conclusões do autor é que do ponto de vista do capital social, os resultados indicam que há um déficit da geração dos anos de 1990 em relação aos adultos da década de 1970. Segundo Schmidt, entende-se por capital cultural um condicionante da conduta cooperativa e associativa, pode-se apontar dificuldades futuras na sociedade brasileira. Nesse

contexto, salienta-se que “Esse senso de cidadania confinado ao plano individual carece do fermento do capital social para viabilizar sua tradução em ações coletivas.” (SCHMIDT, p.307), o autor demonstra que existe um papel limitado dos pais na vida dos filhos e que as atitudes dos jovens são condizentes a com uma cultura política híbrida.

Ana Luisa Fayet Sallas participou de uma série de estudos empíricos, com objetivo de produzir uma reflexão teórica sobre o tema juventude, violência e cidadania. Esse estudo nos chama atenção pelo fato de que ele mergulha no universo juvenil, sobretudo no ambiente que para essa pesquisa é muito caro – a escola. No ano de 1998, a pesquisadora pode conviver com as mais variadas realidades de instituições de ensino, principalmente a escola pública como ela escreveu no seu livro *Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos*:

Nelas e principalmente no espaço da escola pública pudemos observar o enfrentamento e luta com graves problemas sociais que perpassam a sociedade e conseqüentemente também o espaço escolar: a escola é apontada como uma instancia solucionadora daqueles problemas e conflitos, e dela exigem-se, em diferentes graus, respostas, que são, hoje, bem maiores. (SALLAS, 1999, p.171).

A autora ao apresentar os dados do seu estudo, revela que os jovens, na cidade de Curitiba, são pré-julgados pelos adultos que os punem com rótulos de alienados, individualistas e consumistas, e que o resultado dessas afirmativas é o impedimento de eles ocuparem uma posição de agentes ou sujeitos da história. Ao escrever sobre a juventude curitibana, Sallas (1999, p.57) ressalta que “[...] procuram cada dia e de formas variadas: exercitar-se na aventura, lançar-se a ela sem uma bula prescritiva de “ética” e “cidadania” auto-referenciada.”

Sallas chega à conclusão, que os jovens têm uma percepção da cidade de Curitiba como uma sociedade violenta, que promove um discurso diferente do que acontece na prática cotidiana. A pesquisa dessa autora nessa cidade paranaense, revela que existe uma valorização do consumo e que é pela aparente capacidade de consumir que é definido o valor do jovem na sociedade, incluindo o universo da escola. De um modo geral, os jovens são bastante críticos e veem nas ações governamentais um jogo de cenas que maquiam a realidade. Em relação a isso a autora escreve que:

Nas falas, alguns jovens explicitam como essa disjunção se processa, ao associarem o discurso sobre a cidade não a ações concretas, mas a recursos midiáticos utilizados à exaustão pelos governantes, como formas de criação e vendagem de uma imagem de “cidade de primeiro mundo”: *Curitiba liga muito para o status. Curitiba é uma cidade muito de imagem. As pessoas vivem muito de imagem. (Escola Particular/Meninas/Manhã. Ou ainda, dito de forma mais clara: Qualquer filme que você assista vai falar que Curitiba não tem engarrafamento, não tem lixo (Escola Particular/Meninos/Manhã) [...]. (SALLAS, 1999, p.74).*

O trabalho empírico da autora revelou a percepção dos jovens sobre a educação, a família, a polícia, os governos, a escola e outras instituições da Cidade de Curitiba - PR. Quanto à participação política a autora verificou que maioria dos grupos entrevistados não participam de nenhuma associação política, tais como, grêmios, centros acadêmicos ou partidos. Nesse sentido, a autora ressalta que:

Uma leitura, a dos dados quantitativos, pode nos levar à inferência de que o jovem simplesmente não está participando, podendo ser explicada essa não participação como consequência natural do desgaste e do desprestígio dos grêmios e centros acadêmicos entre os próprios estudantes ou pela apatia. Entretanto, uma segunda leitura que nos sugere a opinião dos jovens dos grupos focais – e que o dado quantitativo não conta – é que a não participação em entidades estudantis não se reflete apenas uma posição subjetiva do jovem de não querer participar, da apatia ou de desprestígio da instituição estudantil, mas também de outros tipos de empecilhos que vão desde os institucionais até a própria natureza da instituição pública ou particular que dificultam a organização. (SALLAS, 1999, p.275).

Para Sallas, os jovens de Curitiba têm uma visão geral negativa sobre a situação da política brasileira, tanto das instituições quanto dos políticos. A autora acrescenta que essa rejeição não é um problema isolado do jovem brasileiro, mas uma tendência contemporânea dos jovens.

Marialice M. Foracchi, foca seu estudo nos estudantes como uma categoria social em duas perspectivas particulares: primeiro através dos papéis sociais e dos seus vínculos materiais e morais, e segundo como um ponto entre uma classe em formação nas contradições da sociedade brasileira. A autora compara e apresenta a categoria jovem diante do dilema da dependência econômica, os contextos familiares as deficiências do ensino brasileiro, e as inquietações dos jovens que se lançam à frente de campanhas reformistas da emancipação a partir do trabalho. “O estudante brasileiro atinge, com frequência, o discernimento precoce das tarefas que

cabem ao estudante, no processo de superação do subdesenvolvimento.” (FORACCHI, 1965, p. 242).

A autora analisa as tensões geradas pelos vínculos de classe dos estudantes e quanto o elemento classe social reforça o caráter ambíguo do significado social na ação política dos jovens na condição de estudante. Foracchi, (1965, p. 223) escreve que “ Tanto a posição da classe na estrutura, quanto as suas condições materiais de existência, por outros termos, tanto a localização estrutural, quanto a condição existencial lhe dificultam manter qualquer posição que não seja indefinida, insegura e ambivalente.” A autora verifica empiricamente que o conteúdo histórico da politização dos jovens (atitudes e organização política como movimento), na maioria das vezes, foi orientado por instituições partidárias, “A politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário.”(FORACCHI, 1995, p. 227). Na análise da autora, a classe média brasileira em ascensão libera ressentimentos e aspirações que pressionam os jovens estudantes, tanto na escolha da profissão, quanto na aliança e no engajamento político com a própria classe. Outro ponto importante destacado pela a autora é que, tradicionalmente, a ação dos estudantes brasileiros é orientada pela situação de classe, e pela procura da superação dos próprios limites impostos pela condição de classe social.

Lucia Rabelo de Castro examinou criticamente a socialização analisando posições subjetivas relacionadas à idade dos jovens, uma socialização política dividida em espaços públicos e privados “Socializar-se, como o termo indica, significa se preparar para a inserção nas redes sociais mais amplas, nas quais as trocas estão regidas, não pelos códigos familiares, mas pelas normas acordadas no domínio público.” (CASTRO, 2009, p. 480). A autora parte da hipótese que a participação e a socialização política oferecem uma percepção do indivíduo como cidadão e que colabora para uma maior compreensão do sentido da própria representação: “Um outro cenário público se desenha onde os atores juvenis configuram a participação política e a própria noção de política.” (CASTRO, 2009, p. 485). Nesse âmbito, as instituições e os partidos políticos tendem a ser um meio que auxilia nos processos de governança.

Essas perspectivas teóricas fazem-se relevantes por tratarem de algumas das abordagens da Teoria Democrática, foram selecionadas a partir da relação entre a percepção dos alunos (as) do Ensino Médio sobre a política e o seu envolvimento,

com a participação em com o grêmio estudantil das respectivas escolas. Tais argumentações com concepções teóricas variadas estabelecem elos entre participação, socialização política e jovens estudantes, muitas vezes analisando experiências específicas de participação, socialização e percepção política.

### 3 DESCRIÇÕES DOS DADOS

O questionário aplicado nas escolas foi elaborado com o intuito de coletar os dados necessários para extração das informações necessárias para a pesquisa. O questionário foi estruturado em alternativas e não permitiu aos entrevistados dissertarem sobre as respostas, sob o risco de serem consideradas dados ausentes – *missing values*. Todas as seções de análises dos dados foram embasadas pelo referencial teórico, sustentando convergências e divergências com os autores apresentados.

#### 3.1 ESCOLA PRIVADA

A escola selecionada para a pesquisa tem, atualmente, no seu quadro discente, 136 alunos matriculados no ensino médio diurno, distribuídos em quatro turmas, sendo duas turmas de segundos anos e duas turmas de terceiros anos. Dos 136 estudantes do ensino médio, 103 responderam o questionário, sendo 61 do sexo feminino e 42 do sexo masculino, pertencentes a uma faixa etária entre 15 e 18 anos de idade (72,8 % dos entrevistados tinham 16 a 17 anos).

Questionados sobre a renda total<sup>9</sup> dos seus grupos familiares, 59,2 % dos alunos marcaram a opção que indica pertencerem a um grupo familiar com renda acima de 5 salários mínimos, 29,1 % assinalaram a alternativa que indica pertencerem a um grupo familiar que possui renda entre 4 e 5 salários mínimos 11,7% selecionaram a opção que a soma da renda individual dos familiares fica entre 1 e 3 salários mínimos.

---

<sup>9</sup> Foi adotado como base o Salário Mínimo Nacional de R\$ 880.00, vigente no ano de 2016.

### 3.2 PERCEPÇÃO POLÍTICA

Sobre a percepção da política, 93,2% dos alunos entrevistados selecionaram a opção que a política é coisa séria e que deve ser ensinada dentro de casa e nas escolas para termos uma sociedade politicamente consciente. Os outros 6,8 % escolheram a alternativa que política é sinônimo de corrupção e serve para o enriquecimento dos políticos. Sobre partidos políticos, a questão era: partidos políticos representam os interesses e reivindicações da sociedade? 55,3% dos alunos assinalaram a opção “não” e 44,7% escolheram a opção “sim”.

Os estudantes quando questionados sobre para que servem os governos, 71,8% marcaram a opção que expõe que os governos servem para defender o interesse de todos e 28,2% selecionaram que os governos servem para defender os interesses de alguns.

### 3.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Na questão sobre o interesse pela política, 26,2% dos alunos entrevistados assinalaram ter um baixo interesse, 22,3% marcaram ter um alto interesse por política, e 51,5% escolheram a alternativa que indica um interesse médio. Sobre a questão se já haviam participado de manifestações ou protestos políticos, 30,1% assinalaram opção “sim”, enquanto 69,9% dos estudantes responderam que “nunca” tinham participado de manifestações ou protestos políticos.

Como forma de saber se os alunos conversavam com os colegas de escola sobre política, foram apresentadas três alternativas (nunca, sempre e às vezes): 6,8% marcaram a opção “nunca”, 20,4% assinalaram “sempre”, e 72,8% “às vezes”. Outra questão tratou de saber se os estudantes conversavam sobre política em sala de aula, 5,8% assinalaram “nunca”, 27,2% “sempre” e 67% “às vezes”.

No questionário havia a pergunta se os estudantes eram favoráveis ao voto dos jovens de 16 a 17 anos, 86,4% escolheram a opção “sim” e 13,6% “não”.

### 3.4 PERCEPÇÃO GRÊMIO ESTUDANTIL

Questionados se sabiam como funcionava o grêmio estudantil, 51,5% dos alunos escolheram a opção “sim”, 5,8% optaram pelo “não” e 42,7% marcaram a

alternativa “mais ou menos”. Na questão para que serve o grêmio estudantil na escola, 93,2% dos alunos marcaram a alternativa que serve para defender o que os estudantes querem e 6,8% assinalaram a opção que não possui relação com que os estudantes querem. Foi questionado aos alunos se eles participavam das reuniões e assembleias do grêmio estudantil, 5,8% optaram por “pouco”, 6,8% por “bastante” e 87,4% por “nunca”.

No questionário foi perguntado aos estudantes se eles haviam votado nas eleições para a direção do grêmio estudantil, 83,5% selecionaram a alternativa “sim” e 16,5% elegeram “não”. Quando questionados sobre se haviam participado da direção do grêmio estudantil, 12,6% escolheram a opção “sim” e 87,4% selecionaram “não”. Foi questionado aos alunos sobre as decisões tomadas no grêmio estudantil e 65% assinalaram a opção que são tomadas a partir de consultas aos estudantes em geral e 35% indicaram serem tomadas apenas pela direção do grêmio estudantil. Quanto a quem estaria apto a votar nas eleições do grêmio estudantil, 50,5% responderam que todos os alunos, 31,1% que apenas estudantes do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, 1% responderam que somente alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, 16,5% indicaram que não saberiam responder e 0,9% foram imputados a ausência do Missing<sup>10</sup>.

### 3.5 ESCOLA PÚBLICA

A escola onde foi aplicado o questionário integra a rede de Ensino Médio Estadual - RS, e pertence a 8º Coordenadoria Regional de Educação – 8ª CRE de Santa Maria. A instituição de ensino existe como escola desde 1980, e está localizada na Zona Oeste de Santa Maria - RS, atualmente, o seu quadro discente possui 160 alunos matriculados no ensino médio diurno, distribuídos em sete turmas, sendo três turmas de primeiros anos, duas turmas de segundos anos e duas turmas de terceiros anos. Dos 160 estudantes do ensino médio, foram entrevistados 103, sendo 64 estudantes do sexo feminino e 61 do sexo masculino, pertencentes a

---

<sup>10</sup> Com o software SPSS Missing Values, é possível imputar seus dados ausentes, desenhar mais conclusões válidas e remover propensões ocultas. Excluindo o registro inteiro. Embora esta técnica exclua da análise um caso inteiro, muitas vezes pela falta de apenas um de seus atributos, é a melhor solução pois elimina o risco da análise ser feita com dados não reais.

uma faixa etária de 15 a 20 anos de idade (75,2 % dos entrevistados tinham entre 16 e 17 anos).

Sobre a soma da renda individual dos membros da família, 2,4% dos alunos marcaram a opção que indicava pertencerem a um grupo familiar que possui renda acima de 5 salários mínimos, 9,6 % assinalaram a opção de que pertencem a um grupo familiar que possui renda entre 4 e 5 salários mínimos, 70,4% selecionaram a opção entre 1 e 3 salários mínimos e 17,6% marcaram que pertencem a um grupo familiar cuja soma da renda individual é menor que um salário mínimo.

### **3.5.1 Percepção Política dos Estudantes da Escola Pública Estadual**

A respeito da percepção política, 64% dos alunos entrevistados marcaram a opção que política é coisa séria e que deve ser ensinada dentro de casa e nas escolas para termos uma sociedade politicamente consciente, 34,4 % selecionaram opção que política é sinônimo de corrupção e serve para o enriquecimento dos políticos e 1,6% foram imputados a ausência do Missing. Sobre partidos políticos, uma questão buscou saber se os partidos políticos representam os interesses e reivindicações da sociedade, 57,6% dos alunos elegeram a opção “não”, 40% que selecionaram a opção “sim” e 2,4% foram imputados a ausência do Missing.

Os estudantes quando questionados sobre para que servem os governos, 60% marcaram a opção que os governos servem para defender o interesse de todos, 39,2% elegeram a opção que os governos servem para defender os interesses de alguns e 0,8% foram imputados a ausência do Missing.

### **3.5.2 Participação Política dos Estudantes da Escola Pública Estadual**

Questionados sobre o interesse pela política, 55,2% dos alunos entrevistados assinalaram a opção baixo interesse, 3,2% revelaram ter um interesse alto por política, 40,8% manifestaram ter um interesse médio e 0,8% foram imputados a ausência do Missing. Na questão se já haviam participado de manifestações ou protestos políticos, 22,4% assinalaram a opção “sim”, enquanto 77,6% dos estudantes revelaram que nunca tinham participado de manifestações ou protestos políticos.

No questionário quando perguntados se conversavam com os colegas de escola sobre política, 29,6% dos alunos marcaram a opção “nunca”, 4,8% selecionaram “sempre” e 65,6% “às vezes”. Outra questão tratou de saber se os estudantes conversavam sobre política em sala de aula, 16% escolheram a opção “nunca”, 5,6% “sempre” e 78,4% “às vezes”. Quando questionados se eram favoráveis ao voto dos jovens de 16 a 17 anos, 70,4% dos alunos selecionaram a opção “sim” e 29,6% marcaram a opção “não”.

### **3.5.3 Percepção Grêmio Estudantil dos Estudantes da Escola Pública Estadual**

Questionados se sabiam como funcionava o grêmio estudantil, 26,4% dos alunos marcaram “sim”, 28,8% “não”, 44% “mais ou menos” e 0,8% foram imputados a ausência do Missing. Na questão para que serve o grêmio estudantil na escola, 89,6% dos estudantes marcaram a opção que o grêmio estudantil serve para defender o que os estudantes querem, 8,8% selecionaram que não possui relação com que os estudantes querem e 1,6% foram imputados a ausência do Missing. Foi questionado aos alunos se eles participavam das reuniões e assembleias do grêmio estudantil, 11,2% responderam “pouco”, 7,2% “bastante” e 81,6% “nunca”.

Na questão se os estudantes haviam votado nas eleições para a direção do grêmio estudantil, 74,4% selecionaram a opção “sim” e 25,6% assinalaram “não”. Quando questionados sobre se haviam participado da direção do grêmio estudantil, 11,2% dos alunos marcaram “sim” e 88,8% assinalaram “não”. Na questão que tratava sobre as decisões tomadas no grêmio estudantil, 42,4% dos alunos marcaram a opção que indicava que são tomadas a partir de consultas aos estudantes em geral e 57,6% marcaram a alternativa que indica serem tomadas apenas pela direção do grêmio estudantil. Quanto a quem estaria apto a votar nas eleições do grêmio estudantil, 60% indicaram que todos os alunos, 12,8% que apenas estudantes do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, 25,6 escolheram a opção “não saberiam responder” e 1,6% foram imputados à ausência do Missing.

## **4 ANÁLISE**

Com base na fundamentação teórica deste estudo, procurou-se analisar os dados obtidos por meio do questionário, a partir de duas abordagens que integram a

Teoria Democrática. A primeira compreende a democracia como um processo centrado em instituições, ressaltando os elementos procedimentais combinados com contextos amplos de direitos políticos e liberdades. Nessa primeira abordagem a democracia, portanto, não estaria, necessariamente, voltada para uma maior ou menor participação, para um maior ou menor engajamento social e político. A segunda abordagem considera o envolvimento e a participação política como essenciais para a tomada de decisões, para essa concepção o envolvimento e engajamento em outros espaços tendem a produzir condições para decisões coletivas, permitindo debates sobre as reivindicações, demandas e interesses coletivos horizontalizados, menos hierarquizados e mais associados aos interesses públicos (de muitos).

A análise foi realizada considerando como respondentes todos os estudantes matriculados no Ensino Médio nas duas escolas e presentes no dia da aplicação do questionário. Com o questionário, procurou-se verificar as diferentes percepções que os estudantes da escola pública e da escola privada têm em relação à política, tanto no sentido macro (política em geral), quanto no seu sentido micro (na escola). Quando à percepção da política pelos estudantes da escola privada, os dados revelaram que 90,2% dos estudantes consideram a política coisa séria e que deve ser ensinada em casa e na escola. Já no que se refere aos partidos políticos, as amostras revelaram um equilíbrio nas respostas dos estudantes das duas escolas, pois 44,7% dos alunos da escola privada marcaram que acreditam que os partidos representam os interesses reivindicações da sociedade, e 41% dos alunos da escola pública também assinalaram a mesma opção de resposta. Sobre a questão que envolve a percepção dos alunos da escola privada em relação aos governos, os dados revelaram que 71,8 % acreditam que os governos servem para defender o interesse de todos. Considerando esses percentuais percebe-se que os alunos da escola privada têm uma percepção elevada da política.

Os dados coletados, também, revelaram que 93,2% dos alunos da escola privada acreditam no grêmio estudantil como defensor dos seus interesses, no entanto 87,4% desses estudantes responderam nunca terem participado de reuniões ou assembleias do grêmio estudantil. E quando perguntado sobre participação na direção do grêmio estudantil, os números se mantiveram os mesmos, 87,4% responderam não, ou seja, nunca participaram do grêmio estudantil, o que mostra em termos gerais um baixo envolvimento e engajamento com o grêmio estudantil.

Os dados do questionário aplicado nos estudantes da escola pública Estadual revelaram que 64% dos alunos acreditam que a política é coisa séria e que deve ser ensinada em casa e na escola, enquanto para a mesma questão os dados dos estudantes da escola privada mostraram 90,2%, uma diferença de 26,2%. Quando perguntados se os partidos políticos representam os interesses e as reivindicações da sociedade, os dados revelaram que 57% dos estudantes da escola pública marcaram a opção que os partidos políticos como instituições não representam os interesses e as reivindicações da sociedade, em relação a percepção dos alunos da escola privada sobre a mesma questão houve uma diferença de 1,7%, pois 55,3% dos alunos da escola privada marcaram a opção que os partidos políticos não representam os interesses e as reivindicações da sociedade. Sobre outra questão, para que servem os governos, 60% dos alunos da escola pública marcaram a opção que servem para defenderem os interesses de todos, em comparação com a escola privada, em que 71,8% marcaram a opção que os governos servem para defender o interesse de todos, percebe-se uma diferença de 11,8%. Esses números revelam que 39,2% dos alunos da escola pública acreditam que os governos servem para defender os interesses de alguns.

Em geral, 54,6% dos estudantes da escola pública têm uma percepção positiva da política, enquanto, que a média dos alunos da escola privada é de 68,9%, uma diferença percentual de 14,6%. Analisando esses percentuais inferidos dos estudantes da escola pública percebe-se uma maior tendência crítica destes alunos, uma descrença ou descontentamento com política no sentido macro. Embora os dados revelem uma percepção positiva da política, isso não resultou em um maior envolvimento com o grêmio estudantil, fato que se contrapõe à segunda concepção que entende que uma percepção elevada sobre a importância da política tende gerar o envolvimento de caráter substancial com as instituições, nesse caso com o grêmio estudantil.

A partir dos dados coletados dos estudantes da escola pública estadual verificou-se a percepção da política considerada positiva, no entanto um baixo envolvimento e engajamento com o grêmio estudantil, pois 88,8% dos estudantes da escola pública marcaram a opção que indicava nunca terem participado das direções do grêmio estudantil, e 81,6% assinalaram a opção nunca terem participado dos grêmios estudantis. Algo similar se verifica, no que diz respeito à percepção dos alunos da escola pública acerca do grêmio estudantil, 89,6% dos

estudantes marcaram a opção que o grêmio estudantil serve para defender os seus interesses na escola, no entanto essa elevada percepção não é convertida em um maior engajamento com o grêmio estudantil.

Verificou-se, a partir dos percentuais dos dados, que tanto os estudantes da escola pública quanto os da escola privada tendem a ter um envolvimento com o grêmio estudantil a partir de uma relação com a estrutura decisória, ou seja, por meio dos processos eleitorais (o voto). Em ambas as escolas, o número de alunos que já participaram votando é bem significativo, por exemplo, na escola pública Estadual, 74,4% dos alunos votaram na escolha dos dirigentes do grêmio estudantil, enquanto na escola privada foram 83,5%. Esses números indicam que a maioria dos alunos, tanto os da escola privada quanto os da pública têm interesse em que o grêmio se mantenha vivo na escola, pois a maioria dos alunos das duas escolas sabe, minimamente, como funciona o grêmio de sua escola e ambos acham que é uma instituição que tem credibilidade, pois acreditam que defende os seus interesses. Ainda que os dados revelem que a maioria dos estudantes considerem o grêmio estudantil como algo importante, a sua relação com o grêmio estudantil restringe-se às estruturas decisórias formais, ou seja, o votar nas eleições.

Algo parecido se verifica em relação à percepção da política no sentido macro, tanto os estudantes da escola privada, quanto os da escola pública estadual percebem os governos como defensores do interesse de todos, no entanto 69,9% dos alunos da escola privada e 77,6% da escola pública estadual, nunca participaram de manifestações ou de protestos políticos. Os dados também mostraram que 78,4% dos estudantes, tanto os da escola pública Estadual, quanto os da escola privada, acham o voto algo importante e são favoráveis ao voto dos 16 a 17 anos, o que indica que ambos compreendem a democracia a partir da relação entre os processos eleitorais, a representação política e os direitos políticos amplos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer do estudo, buscou-se analisar a percepção política e a dinâmica da participação dos estudantes secundaristas no grêmio estudantil de sua escola sob a luz do referencial teórico adotado. Assim, ao longo deste trabalho, procurou-se verificar as diferentes percepções que os estudantes têm em relação à política, tanto no sentido macro (política em geral), quanto no seu sentido micro (na escola).

Os dados revelaram, que 91,4% dos estudantes, tanto os do ensino médio da escola pública estadual, quanto os estudantes da escola privada, percebem o grêmio estudantil de sua escola importante e que deve continuar existindo, pois são instituições que promovem a defesa dos seus interesses. No entanto, a percepção positiva do grêmio estudantil na escola, não se converte em um envolvimento político mais efetivo, no sentido de atuarem diretamente nas reuniões, assembleias e demais atividades.

Algo similar se verifica, também, em relação à política no sentido macro. As respostas indicam uma percepção positiva da política em termos amplos e um envolvimento, em geral, mais voltado aos procedimentos formais. Os dados revelam que os estudantes não participam de formas mais efetivas como protestos, manifestações e possuem uma visão mais depreciativa em relação aos partidos políticos.

Através dos dados coletados, verificou-se que a maioria dos estudantes tanto os da escola pública, quanto os da escola privada, possuem a percepção positiva do voto e de que votando nas eleições do grêmio estudantil eles estão participando e contribuindo para a existência dessa agremiação.

Foi possível verificar que tanto os alunos da escola privada, quanto os da escola pública estadual, em sua maioria, têm uma percepção positiva da política, porém não convertida em uma participação no sentido de envolvimento mais cotidiano, restringindo-se aos aspectos procedimentais vinculados à escolha dos dirigentes.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMOLD, Gabriel A.; POWELL JR, G. Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

BORBA, Julian. **Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação Sociedade e Estado**. Universidade de Brasília, Brasília, vol. 27, núm. 2, maio-agosto, 2012, pp. 263-288.

CASTRO, Lucia Rabello de. **Juventude e Socialização Política: Atualizando o debate**. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Out-Dez 2009. Vol. 25 n. 4. pp. 479-487.

DAHL, Robert A. **A Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

\_\_\_\_\_. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EASTON, David. **Uma Teoria De Análise Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, (Coleção Estudos, 41), 1976.

FORACCHI, Marialice M., **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Nacional. 1965.

JAGUARIBE, Hélio. et al. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MOISÉS, J. A., **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

OLSON, Mancur. **A Lógica Da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e Uma Teoria Dos Grupos Sociais**. São Paulo, EdUSP, 1999. PAIVA, Gabriel. **A UNE sob o governo Lula a história de uma decadência**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2013.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba; esperanças e desencantos. Juventude, violência e cidadania**. Brasília: Unesco, (Edições Unesco), 1999.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Vol. 1: O debate contemporâneo. São Paulo : Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. São Paulo: Livramento, (Coleção História presente, v. 1). Depoimentos de ex-dirigentes da União Nacional dos Estudantes, quase todos ligados à AP, 1980.

WEBER, Max. **A política como vocação**. in: **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livro Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982.



